



The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

Papers downloaded from AgEcon Search may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS EXTERNO E INTERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL*

Dejalme Andreoli**

SINOPSE

Este estudo tem como objetivo principal evidenciar a importância de mercados, localizados a nível nacional ou internacional, como condição necessária para a consolidação do desenvolvimento da agricultura gaúcha. Procura demonstrar que este desenvolvimento se deu pela instalação e consolidação de segmentos produtivos diferenciados, em termos de localização espacial, e temporal e de mercado. Foi mantida uma perspectiva histórico-estrutural do desenvolvimento econômico agrícola estadual, cujo objetivo principal foi o de caracterizar sua condição de suficiência para aproveitar os investimentos de mercado.

Os resultados do estudo indicam que as transformações estruturais demonstram uma tendência à monocultura. Considerando as características naturais como extremamente importantes nesta esfera da produção social, e o caráter desarticulador destas características representado pela prática da monocultura, vislumbram-se perspectivas nada alentadoras para o desenvolvimento futuro da economia agrícola gaúcha. Este aspecto torna-se mais importante se considerarmos a maior importância do mercado externo em relação ao interno, revelado pelos resultados empíricos da década de 70. O desempenho da economia estadual tenderá a depender de apenas uma cultura, cujos preços passarão a depender, significativamente, da conjuntura internacional.

SUMMARY

The main goal of the present research is to bring out the importance at a level of both national and international markets, as a necessary condition for strengthening the development of the state agriculture. It tries to show that this development is a result of the introduction and consolidation of segment products differentiated in terms of market as well as of spacial and temporal location. A historical-structural out look of the state economical and agricultural development was maintained, whose main objective was to characterize its condition of sufficiency to make the best of the market incentives.

The results of the research reveal that the structural transformations showed a tendency towards a one-crop farming. Considering the natural characteristics as extremely important in this field of social production, and the disuniting feature of these characteristics caused by the practice of a one-crop farming, one can only foresee pessimistic tendencies towards the future development of the state agricultural economy. This aspect becomes even more significant when considering the greater importance of the foreign market in relation to the domestic one, as shown by the empiric results of the 1970s. The outcome of the state economy is inclined to depend on only a one-crop farming, whose prices will significantly depend on the international conjuncture.

* Trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, realizado pela SOBER no Rio de Janeiro, no período de 28 de julho a 1º de agosto de 1980.

** Técnico da Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre-RS.

IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS EXTERNO E INTERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

Dejalme Andreoli

1. INTRODUÇÃO

As considerações referentes às condições de suficiência da oferta agrícola da economia gaúcha têm demonstrado peculiaridades próprias. O desenvolvimento da economia agrícola tem se caracterizado pela formação de três segmentos agrícolas, nitidamente diferenciados no espaço e no tempo. A condição necessária para a consolidação destes três segmentos é dada pelas relações de mercado, de diferentes natureza e localização.

Utilizando-se dos recursos de uma abordagem histórico-evolutiva podem-se identificar três segmentos produtivos, que, mercê de sua magnitude, determinam as características da estrutura produtiva estadual. A instalação e a consolidação de cada segmento deram-se em regiões diferentes e em períodos de tempo diferentes, vinculados a mercados também de natureza diferente. As características desses mercados têm se revelado como de importância decisiva para o desenvolvimento da economia agrícola gaúcha. O primeiro produto que foi capaz de sustentar uma atividade econômica estável e crescente, numa perspectiva de longo prazo, foi o charque, destinado ao mercado formado no centro e norte do país. Já a instalação da agropecuária colonial representou um importante fator de diversificação da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado formado no centro do país.

A partir da década de 40, ocorrem modificações muito importantes na natureza dos mercados, que influenciam o comportamento da agricultura gaúcha. Estes estavam, desde então, inseridos no interior de uma lógica desenvolvimentista de caráter nacional, centrado em segmentos de caráter industrial. Por isso, mesmo quando se amplia a abertura da economia gaúcha para o mercado internacional, esta se dá no cumprimento de um papel determinado por essa lógica de desenvolvimento no âmbito nacional.

As condições de oferta da economia agrícola gaúcha sob novas condições de mercado são um aspecto muito importante, que deve ser considerado em

qualquer estudo econômico de âmbito estadual. A lavoura empresarial e, mais particularmente, o "complexo grão, farelo e óleo de soja" têm representado o segmento dinâmico da economia gaúcha, influenciando, decisivamente, no seu comportamento. Esse processo de crescimento econômico tem tido como um dos resultados mais marcantes a transformação da estrutura produtiva, no sentido da monocultura de cereais e grãos. Mesmo considerando a intensificação da mecanização e do uso de insumos químicos nesses segmentos mais dinâmicos, o seu crescimento depende, em sua maior parte, do crescimento de área cultivada, o qual apresenta um limite muito próximo no tempo, apesar do deslocamento de outras culturas.

1.1. Objetivo

O objetivo do presente estudo é o de uma avaliação histórico-estrutural das condições de produção da economia agrícola gaúcha, associada às condições de demanda para seus produtos. Precisando melhor o objetivo, procurava-se demonstrar quão importantes têm sido para a economia agrícola gaúcha os mercados para seus produtos definidos, a níveis nacional (interno) e internacional (externo).

2. IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS EXTERNO E INTERNO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

O desenvolvimento da agricultura do Rio Grande do Sul merece uma atenção especial no que se refere às suas peculiares condições de produção e resposta aos incentivos de mercado. Tem sido muito freqüente efetuarem-se estudos ou referir-se à economia agrícola gaúcha como um todo homogêneo, ou seja, parte-se do pressuposto de que as características sócio-econômicas dos diferentes segmentos de produção sejam semelhantes. O propósito deste breve estudo é apresentar um enfoque alternativo de abordagem da economia agrícola gaúcha. Através de uma visão histórico-evolutiva da formação da economia agrícola, procura-se evidenciar a instalação e consolidação de três segmentos nitidamente diferenciados, em termos de espaço, de tempo e de condições sócio-econômicas de produção. A importância do mercado para os produtos agrícolas representa uma das instâncias definidoras das possibilidades de desenvolvimento de cada setor e o limite do objetivo deste estudo.

A primeira atividade econômica de caráter estável e duradoura a instalar-se no Rio Grande do Sul foi a pecuária de corte. A necessidade de a Coroa Portuguesa garantir a posse das terras situadas na região centro-sul do Rio Grande do Sul foi efetivada pela doação de grandes parcelas de terras a pessoas de confiança do Reino. A descoberta do ouro em Minas Gerais foi outro aspecto de importância significativa, pois, além de criar um mercado para o gado em pé para corte e transporte, representou um fator de desarticulação da economia pecuária do Nordeste. A falta de matéria-prima (o boi em pé) nessa região teve como resultado a transferência de capitais e experiências de charqueadores nordestinos para o Rio

Grande do Sul. O desenvolvimento dessa primeira agroindústria no Rio Grande do Sul, em fins do século XVIII, representou um aspecto muito importante na consolidação da pecuária como segmento produtivo. O mercado para o charque no centro e norte do país passou a ser suprido pelo charqueador gaúcho, tendo como objetivo principal alimentar a mão-de-obra escrava. As principais informações estatísticas disponíveis, em 1861, indicam que os principais produtos de origem pecuária representam 75% do valor bruto das exportações (quadro 1).

QUADRO 1. Exportações do Rio Grande do Sul, 1861 e 1894

Principais produtos	1861 (conto de réis)	%	1894 (conto de réis)	%
De criação				
Charque	5.940	37,7	11.663	28,6
Couros	5.856	37,2	5.552	13,6
SUBTOTAL	11.796	74,9	17.215	42,2
De lavoura e pequena criação				
Banha	-	-	6.813	15,2
Farinha de mandioca	221	1,4	3.419	8,4
Feijão	627	4,0	2.866	7,0
Fumo	-	-	736	1,8
SUBTOTAL	848	5,4	13.204	32,4
TOTAL	15.758	-	40.800	-

Fonte: Relatório apresentado pelo vice-presidente da província etc. Porto Alegre, 1861; RODRIGUES, A. F. Notícia histórica e descritiva do Rio Grande, 1896. In: SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Nacional, 1974, p. 163.

As atividades pecuaristas e charqueadoras caracterizaram, até fins do século passado, a economia do estado gaúcho. Esse importante segmento produtivo agrícola passa a ocupar todas as áreas de terra onde fosse possível criar gado de forma extensiva. Segundo caracterização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária INCRA, a pecuária tradicional distinguiu-se pela elevada participação do recurso natural terra na formação de seu produto, com participação relativamente baixa dos demais recursos: mão-de-obra e capital. Outro aspecto importante a evidenciar nesse processo produtivo refere-se ao amplo ciclo de maturação do seu produto principal: o boi em pé (10).

Ao se consultarem os dados sobre as exportações gaúchas de 1861 e 1894 (quadro 1), percebe-se o surgimento de outros produtos que não São característicos das atividades de pecuária. É que, a esse tempo, já se tornara evidente a consolidação de mais um segmento produtivo na agricultura gaúcha, o qual era responsável pela produção de banha, farinha de mandioca, feijão e fumo. O segmento produtor pecuarista, a esse tempo, além de perder o importante

mercado representado pela mão-de-obra escrava, tinha de enfrentar a concorrência da oferta do charque da região do Prata.

A agropecuária colonial tornou-se importante a partir da segunda metade do século XIX. O fluxo crescente e continuado de colonos de origem européia passou a ocupar as regiões onde a pecuária não pôde se instalar. Formou-se, então, um novo segmento produtivo bastante diferenciado do já existente. Segundo a caracterização do INCRA, a agropecuária colonial foi formada por atividades de lavoura e de criação de animais, onde se destaca a suinocultura. A estrutura familiar de ocupação da mão-de-obra privilegia o trabalho como o recurso mais importante e mais abundantemente utilizado. O recurso terra é representado pela pequena propriedade territorial, onde é praticada uma policultura de subsistência. O primeiro objetivo da produção é a subsistência da família e o segundo, a venda do excedente ao mercado (10).

A realidade da economia nacional, em fins do século passado, é bastante diferente da realidade enfrentada no período de instalação da pecuária tradicional. Considerando a instância política, vê-se a passagem da condição de Colônia para Império e, no fim do século, para República. Define-se uma classe política nacional em torno dos interesses de uma economia agrária exportadora, onde o café passou a destacar-se como o produto mais importante. Portanto, a nível nacional, definiu-se a atividade econômica principal como exportadora de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. A cultura de café centralizada na região de São Paulo define uma classe dominante, política e economicamente, a nível nacional.

A modernização crescente da lavoura de café e a consequente qualificação exigida para a mão-de-obra utilizada foram fatores definitivos para o processo de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Sentiu-se, então, a necessidade de intensificar o fluxo de colonos europeus para suprir as necessidades de mão-de-obra qualificada. A elevação dos níveis de qualificação e especialização de mão-de-obra teve como resultado a crescente monetarização de seus ganhos. Deste modo, estavam dadas as condições absolutas e relativas de crescimento do mercado interno para produtos de subsistência de origem agrícola e mesmo industrial. Os mecanismos de incentivo à imigração prevêem também a instalação de colônias produtoras desses bens de subsistência. É nesse período que se dá um crescimento significativo do fluxo migratório, o qual passou a ocupar as terras não aproveitadas pela pecuária tradicional. Mas, diferentemente do que ocorreu durante a instalação do segmento pecuarista, o colono tinha que comprar a terra. Esse preço pago pela terra, bem como a escassez de instrumentos de trabalho, explica, em boa parte, a compra de pequenos lotes desses recursos, caracterizando outra diferença importante com referência à instalação da pecuária (7).

A necessidade de o colono pagar uma dívida desde o início de suas atividades obriga-o a produzir um excedente maior sobre as suas necessidades de subsistência. Esse, procedimento, no entanto, tem como uma das principais vantagens suprir as necessidades do mercado criado pela economia agrária exportadora, no âmbito do país e de outros setores no âmbito estadual.

Através da exportação de excedente de sua produção, a estrutura produtiva regional relaciona-se ao desenvolvimento das forças produtivas, a nível nacional. O destino e a composição da pauta de exportação, em princípios deste século, permitem evidenciar as ligações e as alterações do fluxo excedente da produção, em termos de estado. Do valor exportado em 1909, 75% destinavam-se aos mercados brasileiros, destacando-se como produtos principais os relacionados no quadro 2.

QUADRO 2. Valor das exportações para o mercado brasileiro, 1909

Produto	Valor (conto de réis)
Charques	25.000
Couros	21.971
Banha	7.506
Sebo	4.000
Farinha de mandioca	3.600
Lã	2.600
Fumo	2.500
Erva-mate	1.800
Feijão	1.700
Arroz	700

Fonte: MÜLLER (11, p. 107)

É importante observar que a banha foi o primeiro produto de origem colonial a aparecer com destaque na pauta de exportações, seguido pela farinha de mandioca e o fumo. Em 1913, já era o segundo produto exportado, em termos de valor, garantindo essa posição durante a década de 20(11), sendo que a maior parte do excedente exportável ainda era sustentada por produtos de origem na pecuária de corte e lã. Pelo Relatório do Secretário da Fazenda, de agosto de 1925, os principais produtos de origem agrícola exportados por ordem de valor (em contos de réis) foram os seguintes: charque 76.800; banha 50.021; couros 37.022; arroz 34.533; feijão 28.044; fumo 22.086; 15 17.620 e carne congelada 12.500 (11, p. 109).

Aparecem, então, três importantes produtos de origem agrícola na produção lavourreira: arroz, feijão e fumo; e a carne congelada, oriunda da pecuária tradicional. Percebe-se uma diversificação da pauta de exportação de produtos agrícolas "in natura" e transformados pela agroindústria, que indica, portanto, uma diversificação da estrutura produtiva agrícola estadual.

A evolução do valor das exportações e sua participação percentual, segundo o destino, no período 1913-46, evidencia a predominância do mercado interno em relação ao externo. Mas a predominância significativa do mercado brasileiro experimenta um declínio contínuo, a partir de 1915, em benefício do mercado

exterior (3). Em 1918, a participação percentual das exportações, em termos de valor, foi de 56,7% para o mercado nacional e 43,3% para o mercado internacional. A predominância acentuada do primeiro mercado em relação ao segundo só foi recuperada em 1925, atingindo a 74,6%.

Segundo as informações sobre o comércio com os portos nacionais, inserido no trabalho de DOMINGUES (6), em termos de ordem de valor, no período 1913-27, cumpre destacar Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. O mesmo autor chama a atenção para a condição de entreposto comercial que o porto do Rio de Janeiro representava como intermediário do fluxo de produtos do Rio Grande do Sul para o norte do país.

Da identificação dos principais países compradores, segundo a mesma obra, em ordem de valor, cumpre destacar o Uruguai e a Argentina, desde o século passado; Inglaterra, Estados Unidos, Cuba e França, a partir de 1915¹. Esse foi o ano inicial do crescimento de importância do mercado exterior para os excedentes comercializáveis do Rio Grande do Sul. Quanto ao Uruguai, DOMINGUES (6) chama a atenção de sua condição de entreposto comercial, por onde escoava a maior parte da produção de charque gaúcho, para o mercado internacional. No território nacional, o porto de Santos, em São Paulo, também exercia essa função de intermediário.

Um indicador importante para avaliar as transformações da economia gaúcha e as possibilidades de mercado para seus produtos, em um período tão escasso de informações estatísticas, é o exame da pauta de importações, permitindo avaliar a importação quantitativo-qualitativa das necessidades da demanda interna do estado.

Percebe-se a importância dos produtos alimentares, como farinha de trigo, arroz e trigo em grão, sobre as manufaturas (matérias-primas e acabadas). Nessa estrutura de importações, evidenciava-se a incapacidade da oferta estadual para alimentos como farinha de trigo, trigo em grão e arroz (quadro 3).

Mas a economia de base agrária oferecia uma considerável produção comercial de uva e vinho, milho, batata, trigo, porcos e aves e uma parte considerável de artigos alimentares destinada à subsistência da população da região. A tendência para a especialização regional no segmento produtivo colonial aparece primeiro com a uva e, mais tarde, com as lavouras de cebola e fumo. Tinha o Rio Grande do Sul a maior área de cultivo da vinha no país, quase toda localizada na região de colonização italiana que, em consequência, concorria com mais de 80% da produção nacional de vinhos.

Considerando a pauta de importações de 1912, verifica-se a existência, no estado, de uma demanda qualitativamente diversa daquelas de uma década atrás: quase 70% da importação concernem às atividades industriais e suprimentos por bens manufaturados. Dos produtos agrícolas, apenas o açúcar aparece como importante. Nesse período, os principais supridores do mercado gaúcho são as praças do Rio de Janeiro e São Paulo, por ordem de importância. Em fins da década

¹ A Alemanha aparece com destaque a partir de 1920.

de 20, os únicos produtos alimentícios importados eram trigo em grão, farinha de trigo e vinho, os demais itens constituindo-se de matérias-primas para a indústria gaúcha e bens finais manufaturados. Verifica-se, portanto, que, praticamente, toda a necessidade de alimentos e matérias-primas de origem agrícola era satisfeita pela economia estadual, exportando ainda um significativo excedente para os mercados nacional e internacional. Por esse tempo, foi que o estado ganhou o título de "celeiro" do Brasil (11, p.117).

QUADRO 3. Estrutura das importações totais no Rio Grande do Sul, 1901

Produto	Valor (conto de réis)	Percentagem
Artigos para alimentação		
Farinha de trigo	3.806	
Arroz	1.229	
Gado Vacum	1.225	
Trigo em grão	630	
Vinhos	818	
Sal bruto	360	
SUBTOTAL	9.025	45%
Manufaturas: matérias-primas e acabadas		
Algodão e manufaturas	3.123	
Aço, ferro e manufaturas	781	
Aparelhos, máquinas e fermentas	789	
Carvão-de-pedra	575	
Cobre, chumbo, estanho, folha-de-flandres, zinco e manufaturas	524	
Produtos químicos	703	
SUBTOTAL	6.595	33%
TOTAL + outros	20.000	(aproximadamente)

Fonte: MÜLLER (11, p. 113)

Um dos aspectos sócio-econômicos a salientar, com referência ao crescimento da produção agrícola, refere-se à sua forma extensiva, acrescentando mão-de-obra ao recurso natural disponível, onde o imigrante de origem européia foi a variável mais importante. ROCHE (12, p. 137-8) é um dos autores que melhor explica a dinâmica da ocupação e do aumento da produção agrícola pelas colônias de imigrantes, restritos ao território gaúcho: "Assim a agricultura dos colonos, baseada no binômio mata-queimada nasce com o desbravamento e acaba com o reflorestamento, condenada ao pioneirismo perpétuo por várias causas, das quais

as principais parecem as seguintes: as primeiras colônias tendo sido localizadas na orla ou no meio da mata, a única técnica para desbravar e explorar imediatamente a terra era a queimada, ensinada pelos índios e pelos caboclos, adotada também pelos portugueses nas suas plantações: a queimada foi a técnica dos conquistadores de terra". Mas, surpreendentemente, ela ficou conservada em todas as colônias, em qualquer geração. Agregando as desvantagens inerentes à formação de segmentos produtivos separados de lavoura e produção animal de grande porte, o resultado tem sido a perda rápida do fundo de fertilidade da terra. A criação animal de pequeno porte e a bovinocultura de leite nas propriedades agrícolas coloniais não têm apresentado magnitude suficiente para garantir suprimentos de fertilizantes orgânicos de origem animal.

O regime da pequena propriedade e a fecundidade das famílias provocaram logo a migração dos homens excedentes para uma nova zona de terras livres e virgens, isto é, de mata, onde reiniciavam o mesmo processo e onde a necessidade de desbravar e obter imediatamente os recursos vitais exigia a mesma técnica cuja aplicação reduzia depois os rendimentos, constrangendo a geração seguinte a migrar, qual enxame de abelhas. Os colonos acostumaram-se logo a comprar terras para estabelecerem os filhos; compravam-nas onde as encontravam boas e a preços acessíveis, na periferia da colônia ou numa outra zona, de modo que os filhos tinham que lutar com dificuldades reiniciadas (tais como falta de meios de transporte e de serviços sociais etc.). Esses agricultores, de fato, condenados a ficar derrubadores de mata, nunca conseguiram estabilidade definitiva nem prosperidade durável, porque as suas terras estavam cansadas antes que dispusessem de meios de transporte suficientes e baratos e porque o seu trabalho era cada vez pior remunerado. A condição pioneira deixou-os sempre, injustamente, inexoravelmente, à margem da integrarão econômica e, por que não, social e cívica.

Segundo AZEVEDO (3), "os primeiros núcleos coloniais, hoje referidos na literatura como as colônias velhas, constituíram-se em centro da chamada região colonial italiana: a primeira geração de imigrantes aí fixou-se, mas as gerações seguintes, migrando, à procura de terra para cultivar, expandiram-se para noroeste, pelo corredor de matas que liga a escarpa da Serra com o Vale do Uruguai, disseminou-se pelo Planalto Médio e pelas selvas do Uruguai." A direção do fluxo migratório foi para o centro-norte e noroeste do estado, únicas áreas em que as terras não estavam apropriadas privadamente. A reprodução do movimento imigratório Europa-Brasil repete-se no interior do Rio Grande do Sul, ocupando o restante das terras virgens de mata (3).

MÜLLER (11) coloca uma importante diferença no comportamento da população excedente, de duas formas de produção nitidamente diferenciadas. O excedente da força de trabalho necessária na pecuária de corte e lã dirige-se do campo para a cidade, mas o tipo de trabalhador proprietário das colônias tende a permanecer na área rural, em um processo de migração campo-campo como predominante. O importante a salientar é que estas formas de produção mantiveram-se estáveis, em termos de relações sociais, com base técnica rudimentar, onde as forças humana e animal são fundamentais (11, p. 27).

Com a base técnica de produção dada, o crescimento do emprego para sustentar a taxa demográfica positiva só podia ser efetuado via ocupação de maior área de terras agricultáveis. O esgotamento físico das terras de colônias já ocupadas e a elevação de seu preço explicam, em parte, a direção do fluxo migratório para as regiões de matas virgens (área de fronteira agrícola). A apropriação privada dessas áreas agricultáveis, em termos de estado, explica a continuidade do fluxo migratório em direção a outras regiões do Brasil, e mesmo de países vizinhos, reproduzindo as propriedades de tamanho pequeno com base na mão-de-obra familiar e a policultura de subsistência. Restringindo-se a uma avaliação da economia gaúcha, percebe-se a incapacidade de seu parque industrial absorver o excedente da mão-de-obra agrícola e ampliar o mercado urbano para alimentos no estado. Os agricultores que migram para outros estados instalam uma agricultura concorrente da gaúcha, em termos de abastecimento do mercado nacional.

O processo de industrialização iniciou-se muito cedo na região, como resultado das exigências do consumo, inicialmente com as serrarias, os moinhos de milho e trigo, as tecelagens e malharias, as conservas de carnes e o vinho.

Outras indústrias surgidas em caráter artesanal e expandidas ao nível empresarial vieram acrescentar-se àquelas, destinando-se, sobretudo, à exportação: produtos químicos derivados de uva, tecidos finos, peças leves e pesadas de metal, máquinas, cutelaria, motores, jóias e diversas outras. Da maior significação é o fato de que aí a indústria constitui uma atividade não apenas urbana, mas rural; dado o seu caráter, em grande parte, artesanal, as atividades manufatureira e transformadora são encontradas nos povoados, nas vilas, nas cidades e também nos lares rurais.

Em termos de indústria, o parque fabril gaúcho, desde então, estava estruturado através de vários segmentos produtivos, cumprindo destacar os ramos relativos à alimentação e bebidas, os quais representavam mais de 50% do valor gerado em 1925/27 (quadro 4).

Outro dado a registrar é que várias das indústrias da região dependem da importação de matéria-prima, de modo que não representam simples desdobramento das atividades agropecuárias, nem apenas o aproveitamento de recursos locais: são uma evidência do avançado desenvolvimento do regime de produção vigente (3, p. 153).

O quadro estatístico da indústria de Porto Alegre, o principal centro industrial do estado no ano de 1927, revela os ramos mais importantes: alimentação, metalurgia e vestuário. Já apareciam, então, com alguma importância, ramos industriais processadores de matérias-primas de outras origens, ou seja, não fornecidos pelo setor primário gaúcho.

No entanto, até a década de 50, os produtos industriais componentes da pauta de exportações, tanto para o mercado externo como para o interno, revelaram apenas a existência de produtos de origem agroindustrial. Logo os demais produtos oferecidos pelos ramos industriais gaúchos tiveram como destino

o mercado gaúcho (11, p. 119). Só mais recentemente é que foram revelados outros segmentos industriais exportadores importantes, cumprindo destacar os ramos de calçados para o exterior e os ramos de produtos de bens intermediários para o mercado brasileiro (8).

QUADRO 4. Estrutura industrial do Rio Grande do Sul, 1925/27

Ramo	Estabeleci- mentos (nº)	Operários (nº)	Valor da produção (conto de réis)	Força motriz (HP)
Alimentação (Inclusive bebidas)	144	2.120	141.659	5.411
Metalurgia	64	1.023	19.495	704
Têxtil	27	1.373	15.539	1.567
Vestuário e toucador	164	1.232	17.600	394
Mobiliário	58	1.033	11.084	615
Produtos químicos	19	153	5.061	195
Cerâmica	28	611	7.557	349
Madeiras	25	290	4.414	493
Couros e peles	9	104	3.235	111
Material de transporte	8	162	1.388	46
Outros	75	617	14.158	556
TOTAL	621	8.718	241.190	10.441

Fonte: Anuário estatístico do Rio Grande do Sul, 1925, 1926 e 1927.

Durante as três primeiras décadas deste século, principalmente durante a I Guerra Mundial, a estrutura produtiva do Rio Grande do Sul experimentou um "salto", em termos de modernização da economia. Instalaram-se os primeiros grandes frigoríficos e incrementou-se a indústria de charque e de banha, entre as principais, estimulada pelas compras efetuadas pelos europeus. O conflito armado desorganizou a produção agropecuária da Europa, criando oportunidades de mercado para a produção de economias mais afastadas do conflito bélico, como o exemplo da economia gaúcha. Na década de 20, cessado o conflito, a economia européia pôde recuperar-se, extinguindo-se as condições favoráveis de mercado externo para a economia gaúcha. Consultando a pauta de exportações (13), verifica-se que o fluxo de produtos gaúchos para o mercado externo diminuiu consideravelmente, recuperando o mercado nacional a sua antiga posição. Esse mercado continua, desta forma, como principal sustentáculo para absorvera excedente da economia do Rio Grande do Sul.

As freqüentes crises da economia cafeeira e a estagnação econômica generalizada em fins da década de 20 foram responsáveis pelo comportamento depressivo do mercado brasileiro, gerando crises da oferta de produtos agrícolas

no Rio Grande do Sul. A organização do Sindicato do Arroz, em 1927, é um exemplo típico de medida tomada para superar as crises de mercado (1).

Após um ciclo favorável no período de I Guerra Mundial até princípios da década de 20, seguiu-se a estagnação e a Grande Depressão (1930-33) com reflexos sobre a economia brasileira, como consequência do comportamento da economia mundial. Na composição das exportações do Brasil, o café, o algodão e o açúcar representavam mais de 90%, em termos de valor exportado, no período 1883-945. Considerando, no entanto, que o valor global das exportações declinavam continuamente a partir de 1930, apresentando uma conjuntura de recuperação apenas a partir de 1942(5), percebe-se o caráter depressivo do mercado para os produtos agrícolas gaúchos neste período.

O período de recuperação da economia nacional, que se dá a partir da década de 40, evidencia aspectos de natureza política e econômica bastante diferentes. A elevação do setor industrial como setor hegemônico no processo de desenvolvimento nacional deu-se com a manutenção da importância do setor agrário-exportador. A crescente importância do governo, intervindo, direta ou indiretamente, no processo de desenvolvimento econômico, representou uma modificação significativa, em termos de entendimento dos problemas econômicos nacionais. Os diferentes instrumentos de política econômica, instituídos no âmbito nacional, tiveram como objetivo incentivar a reprodução e ampliação das relações capitalistas de produção. Mas esses incentivos são hierarquizados de forma a favorecer certos ramos do setor industrial e, depois, setores estratégicos que podem gerar pontos de estrangulamento na oferta de insumos para o desenvolvimento dos mesmos.

No Brasil, até fins da década de 50, os incentivos previstos pela política nacional de desenvolvimento econômico favoreceram a rentabilidade dos ramos produtores de bens de consumo não-duráveis. Os demais setores só receberam incentivos via os instrumentos de política econômica em situações especiais para evitar a elevação do preço real de seus produtos. A elevação dos preços dos produtos do setor primário, por exemplo, tende a onerar a formação dos custos de produção dos demais setores da economia, tanto como ofertadora de matérias-primas quanto de alimentos. Como ofertante de matérias-primas o ônus é direto, incide como insumos necessários para a produção industrial; como ofertante de alimentos o ônus é indireto, incide sobre o custo de manutenção e de reprodução da mão-de-obra. Quanto mais baixo for esse custo, mais baixos serão os salários que o empresário poderá pagar e, consequentemente, menor será o seu custo de produção.

O principal instrumento de política econômica adotado foi a "barreira alfandegária", cujo objetivo foi o de reservar o mercado interno às empresas nacionais, caracterizando o processo que se convencionou chamar de "substituição de importações". Esse primeiro salto quantitativo e qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas da indústria nacional teve influências decisivas sobre a economia gaúcha.

A economia agrícola recupera-se sob novas condições de produção e de mercado. Os produtos típicos da agropecuária colonial e da pecuária tradicional (essa tendo como objetivo principal a produção de carne frigorificada) experimentam uma nova fase de prosperidade.

A atração do processo migratório do campo para os centros industriais resulta em crescimento a taxas elevadas da população urbana. As possibilidades de emprego no setor urbano garantem a formação de uma crescente massa de salário, que deve ser, em sua maior parte, gasta na aquisição de bens de subsistência de origem agrícola e industrial.

Mas, diante dessas condições favoráveis de mercado, a economia agrícola gaúcha defronta-se com uma realidade nova em sua capacidade produtiva. É exatamente nesse período que se materializa o fenômeno conhecido como "esgotamento da fronteira agrícola de posse" da terra agricultável nesse estado, ou seja, toda a terra agricultável está apropriada privadamente (9). A resposta da agricultura aos incentivos de mercado dá-se de duas formas: manutenção da base técnica e superutilização do recurso terra; e modificação da base técnica com transformação das relações de produção.

É nessa fase que se torna realmente importante o terceiro segmento, caracterizado pelo INCRA (10) como lavoura empresarial, e que se enquadra na segunda forma de resposta aos incentivos de mercado. O seu recurso principal são as máquinas e os instrumentos agrícolas acompanhados do uso intensivo de insumos químicos. Utiliza mão-de-obra assalariada e a terra, preferentemente, em médios e grandes estabelecimentos.

Historicamente, esse segmento começa a tornar-se evidente a partir da segunda década deste século, com a instalação e o desenvolvimento da lavoura de arroz irrigado artificialmente, associado às atividades de pecuária tradicional, através de rotação do uso da terra, em períodos de anos alternados (em geral, de três em três anos). Mas foi somente com a intensificação da mecanização da lavoura de trigo, em fins da década de 40, que esse segmento produtivo se tornou importante, merecendo considerações à parte em qualquer estudo da economia agrícola gaúcha (2).

Até meados da década de 60, as modificações de base técnica deram-se pela intensificação da mecanização e da utilização de insumos químicos nas lavouras de trigo e arroz. Embora o processo de mecanização nas culturas coloniais já se houvesse evidenciado como importante no período 1920-47, foi com a mecanização intensiva das lavouras de trigo e soja que o grande salto tecnológico se materializou no Rio Grande do Sul. Antes de 1947, era com a tração animal, com o uso de instrumentos de trabalho mais rudimentares, que o agricultor respondia aos incentivos de mercado. Após 1947, foi a tração mecânica, tendo o trator como item mais importante, que causou as transformações mais profundas nas condições de produção de um determinado segmento da agricultura gaúcha. Essas transformações materializaram-se no sentido de reproduzir a empresa capitalista na agricultura, ou seja, no sentido de transformar as relações de produção não-capitalistas em capitalistas. Mas essa transformação não se difunde

para a economia agrícola como um todo, mantém-se concentrada, em termos de linha de produção, caracterizando o segmento empresarial (2).

No período 1940-50, a área cultivada de lavoura, incluindo os segmentos empresariais e coloniais, passou de 1.275.030 para 2.134.030 há (2). Desses 859.000 ha de crescimento, a lavoura de trigo foi responsável por quase a metade, 343.955 ha, aparecendo como a lavoura mais dinâmica do período, seguida de longe pelo milho, o arroz e o feijão. No período 1950-60, continuou a mesma tendência, porém com o trigo apresentando a parte inicial de uma crise na produção, que durou até a primeira metade da década de 60.

A este tempo, é importante evidenciar que a instância definidora das possibilidades de desenvolvimento da agricultura gaúcha continuava a ser a demanda gerada pelo mercado nacional. Deste modo, é importante salientar que, de meados da década de 50 até meados da década de 60, ocorreu um período de rearticulação do processo de desenvolvimento econômico nacional, após o esgotamento do modelo delineado na década de 40. A partir da segunda metade da década de 60, passa-se a privilegiar ramos industriais produtores de bens de consumo duráveis, substituindo-se novamente o fornecedor estrangeiro pelo nacional, através do processo conhecido como "substituição de importações". A consolidação e o desenvolvimento desses ramos produtivos tiveram a incentivá-los, além da "barreira alfandegária", as medidas de política econômica que resultaram na concentração de renda, a qual garantiu a expansão do mercado brasileiro para seus produtos. Mas a restrição de demanda para certos produtos agrícolas ofertados pela economia gaúcha foi mais do que compensada pela expansão da demanda de produtos para a exportação. Modificou-se o perfil da demanda para os produtos agrícolas gaúchos no sentido de privilegiar as exportações para o mercado externo.

A crescente importância do mercado internacional para a economia gaúcha é um fato que se repete e pode ser verificado na relação entre as exportações e o Produto Interno Líquido, a custo de fatores, no Rio Grande do Sul (quadro 5).

Para o período 1960-72, o valor real das exportações do estado cresceu 10 vezes, enquanto que o Produto Interno Líquido, a custo de fatores, apenas duplicou. Como resultado, o grau de abertura da economia para os mercados internacionais passou de 3,0 em 1960 para 15,3 em 1972, revelando o dinamismo do mercado externo. A crescente participação das exportações do Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras, as quais passam de 7,2% em 1968 para 12,19% em 1972, revela a importância da economia agrícola gaúcha na pauta de exportações do país (4).

Nesse período, a participação dos produtos primários passou de 67% para 54% do total das exportações gaúchas (13, p. 164). Esses resultados, no entanto, não diminuem a importância do setor agrícola na oferta de produtos para exportação. Isso se explica pela importância crescente do complexo soja (grão, farelo e óleo), que representa um dinamismo digno de nota, passando de 10,1% para 54,4% do total dos produtos exportados para o exterior no mesmo período (4). Em 1972, os produtos componentes do complexo soja, somados ao item carnes e couros, representam 64% do valor total exportado pela economia gaúcha.

Verifica-se, pois, que, embora os produtos industrializados tenham crescido em importância na composição da pauta de exportações, são, no entanto, ramos produtivos diretamente dependentes da oferta de matérias-primas da lavoura e da pecuária.

QUADRO 5. Elação entre as exportações para o exterior e o Produto Interno Líquido, a custo de fatores, no Rio Grande do Sul, 1960-72

Ano	Exportações (Cr\$ 1.000 a preços de 1949)	PIL _{cf} (Cr\$ 1.000 a preços de 1949)	Exportações x 100	
			PIL _{cf}	
1960	1.014,2	33.466,5		3,03
1961	2.235,1	35.678,5		6,26
1962	1.516,7	39.199,8		3,87
1963	1.242,5	39.612,1		3,14
1964	2.382,4	40.057,3		5,95
1965	3.793,4	42.392,4		8,95
1966	3.755,4	43.511,6		8,63
1967	2.503,0	44.043,6		5,68
1968	3.231,0	48.610,4		6,65
1969	4.907,4	(1) 54.689,7		8,97
1970	4.942,1	(1) 61.201,4		8,08
1971	7.015,7	(1) 65.948,4		10,64
1972	10.021,6	(1) 65.650,0		15,27

Fonte: (Dados brutos) FEE (9 p. 114).

(1) FEE. Projeção preliminares.

Utilizando informações mais recentes, referentes aos principais produtos exportados para o exterior pelos portos de Porto Alegre e Rio Grande (4), verifica-se que o complexo soja continua dominando, amplamente, a pauta de exportações, seguido de longe pelo fumo e calçados. Nota-se que, no interior do complexo soja, cresce de importância a exportação de farelo e óleo. Em 1972, o farelo representava 19%, os grãos 17% e o óleo 3% do total das exportações. Em 1978, o farelo passou a representar 39%, o óleo 14% e os grãos 8% (9).

3. CONCLUSÃO

Em termos conclusivos, é importante considerar que, em ocorrendo condições favoráveis de mercado para determinados produtos agrícolas produzidos pela agricultura gaúcha, devem ser consideradas suas condições sócio-econômicas de produção. O processo de substituição das lavouras típicas do agregado colonial e pecuarista pelas do agregado empresarial evidencia os problemas gerados pela

tendência à monocultura e especialização de sua estrutura produtiva. A característica de superutilização das terras, derrubando as matas existentes e exaurindo a fertilidade da terra, representou o último esforço da agropecuária colonial em ampliar sua capacidade produtiva (9). Na década de 70, o que restou para esses produtores foi a passagem para a condição de monocultores, abandonando as culturas de subsistência, ou a venda de suas terras e a conseqüente emigração para a região centro-norte do país. Isso explica porque os produtos de agropecuária, como o milho, o feijão e a suinocultura, por exemplo, têm apresentado área cultivada e produção decrescentes. A perda de área cultivada para esses produtos é mais do que compensada pelo ganho relativo da área cultivada no Paraná e em Santa Catarina, estados para onde se destinaram os colonos do Rio Grande do Sul durante a primeira fase do processo migratório.

Outro aspecto a ser considerado é com referência às características típicas das culturas de cereais e grão, como trigo, soja e arroz. Mesmo considerando o aumento da produção pelo aumento da produtividade, através da intensificação da mecanização e de outras técnicas modernas, são culturas extensivas em seu crescimento, ou seja, o que mais explica o crescimento de sua produção é o crescimento da área cultivada. Desse modo, se continuar a atual modalidade de crescimento da produção agrícola do Rio Grande do Sul, muito breve alcançar-se-á, também, o esgotamento da fronteira agrícola de uso da terra. O crescimento da capacidade produtiva da agricultura deverá conquistar novos espaços produtivos pela transformação de sua estrutura produtiva, sem esquecer do aspecto ecológico do esgotamento da fertilidade do solo. Essas transformações tornam-se mais importantes, ao considerar-se que o fluxo migratório de colonos desse para outro estado criou uma economia agrícola nacional semelhante à do estado, em termos de linhas da produção. O caso da pecuária é bastante típico, já que, limitada especialmente no Rio Grande do Sul, lhe resta apenas escolher entre duas alternativas de crescimento da produção: investir em tecnologia nas fazendas gaúchas, ou emigrar para o centro-norte do país e lá instalar unidades produtivas de caráter extensivo,

Em termos de possibilidade de mercado para a agricultura gaúcha, devem-se evidenciar dois aspectos muito importantes quando se relacionarem ao acontecido na fase de desenvolvimento dos ramos produtores de bens não-duráveis. O primeiro aspecto refere-se às restrições de mercado para bens de subsistência pelo desenvolvimento da indústria produtora de bens duráveis. O mais alto coeficiente tecnológico gerou um menor número de empregos, por unidade de produto e de tempo na indústria, o que, aliado a políticas de concentração de renda, restringiu a capacidade aquisitiva da população como um todo para produtos essenciais e favoreceu o consumo de bens "de luxo". O segundo aspecto refere-se à concorrência das economias agrícolas instaladas em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e, mais recentemente, Mato Grosso.

Mas um aspecto bastante favorável foi aproveitado pela economia agrícola gaúcha. A crescente necessidade de importação de bens de capital e de algumas matérias-primas básicas pelos ramos hegemônicos da indústria nacional tornou imperiosa a necessidade de incentivar a produção de produtos agrícolas para

exportação. Os instrumentos de política econômica instituídos pelo governo para incentivar as exportações foram mais facilmente absorvidos pelo segmento empresarial da agricultura gaúcha, evidenciando-se a soja como o produto principal. A condição de preço alto no mercado mundial, aliado ao aproveitamento da infra-estrutura empresarial montada para a produção do trigo, representou condições importantes para o desenvolvimento dessa cultura. O mercado dinamizador para a economia agrícola passa a ser agora o mercado externo, embora o mercado interno mantenha importância através da exportação de trigo, arroz e soja, destinada às indústrias nacionais de óleos comestíveis e rações para animais. Mas, até quando a economia agrícola gaúcha poderá crescer com base em empresas capitalistas produtoras de cereais? Essa é a questão que precisa ser respondida com critério e conhecimento de causa pelos estudiosos da problemática agrária do Rio Grande do Sul.

4. LITERATURA CITADA

1. ANDREOLI, D. As funções da lavoura arrozeira do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978. (Dissertação não publicado).
2. ANDREOLI, D., BENETTI, M. A mecanização da agricultura do Rio Grande do Sul - 1920-75. Porto Alegre, FEE, 1979.
3. AZEVEDO, T. A colonização italiana. In: Rio Grande do Sul, torre e povo. Porto Alegre, Globo, 1969.
4. BANDEIRA, P.S. Exportação do Rio Grande do Sul para o mercado internacional: algumas considerações. Indicadores Econômicos-RS. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 3, n. 1, jan./mar. 1975.
5. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, n.4, abr. 1948.
6. DOMINGUES, H.J. Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul. Estudo do Comércio de Exportação Riograndense. Porto Alegre, Globo, v. 1, 1929.
7. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha. Agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, cap. 2, 1978.
8. _____. 25 anos de economia gaúcha. Análise da indústria de transformação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 4, 1976.
9. _____. Indicadores Econômicos-RS, v. 7, n. 1, jan./abr. 1979.
10. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Levantamento e avaliação de recursos naturais - sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul. Brasília, 6v, 1973.
11. MÜLLER, G. Periferia e dependência nacional; estudo de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Tese de mestrado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, v. 1, 1972. (Mimeo).

12. ROCHE, J. A colonização alemã. In: Rio Grande do Sul, terra e povo. Porto Alegre, Globo, 1969.
13. SOUZA, E.C., GRANDO, M.Z. A função exportadora da agricultura do Rio Grande do Sul, n. 1, jan./jun. 1977. Indicadores Econômicos, Porto Alegre, FEE, v. 5, n.1, jan./jun. 1997.